

PARADOXOS DA MODERNIZAÇÃO

A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia, de James Holston. Tradução de Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Cibele Saliba Rizek

Um livro erudito e denso, como *A cidade modernista*, escrito por James Holston e cuidadosamente traduzido por Marcelo Coelho, fornece um campo extremamente vasto de leituras possíveis. Em meio a uma viagem por Brasília e seus muitos significados, temporalidades e espacialidades, o autor nos conduz a uma outra grande viagem por diferentes campos de conhecimento, raramente combinados em uma só escritura. A antropologia, a arquitetura e o urbanismo e sua história, sua apreensão das formas urbanas e dos edifícios, não apenas estão entrelaçados, mas se fertilizam nos desdobramentos analíticos que permitem a compreensão de uma cidade como Brasília. Talvez, entre tantas qualidades, esse seja o maior feito de Holston, já que, para enfrentar seu objeto, transita por diferentes áreas do saber, experimenta suas interfaces sem, entretanto, ferir as especificidades das diferentes disciplinas, sem a importação frequentemente selvagem de conceitos, noções e métodos que caracterizam tentativas de análise multi ou interdisciplinares.

James Holston nos apresenta, assim, um projeto complexo a partir do qual a leitura de uma cidade contempla padrões e formas de sociabilidade, re-

presentações e mitos, construídos pelos homens, por suas práticas e seus sonhos, sem deixar de lado a forma urbana, as dimensões estéticas e arquitetônicas. Para o enfrentamento deste desafio colaboram autores como Collin Rowe, Kenneth Frampton, Manfredo Tafuri, Joseph Rykwert, entre outros, tão pouco familiares aos cientistas sociais, embora já clássicos para os estudiosos da arquitetura e do urbanismo, assim como P. Rabinow, C. Geertz, G. Marcus e J. Clifford e mesmo Evans-Pritchard, Malinowski e Lévi-Strauss, pouco ou mal conhecidos e utilizados por arquitetos e urbanistas.

A cidade modernista nos coloca, assim, um vasto âmbito de discussões urgentes e imprescindíveis que se referem às especificidades brasileiras, urbanas, culturais e políticas, assim como às questões que emergem de uma crise muito mais geral, uma crise do Ocidente que nos faz revisitar temas como as complexas relações entre a realidade histórica, o plano e a utopia, entre o presente e o futuro, entre os registros da modernidade e seus esgotamentos estéticos, críticos e sócio-culturais. Nesse sentido, a escolha do objeto e das referências a partir das quais ele é decodificado é, por si só, uma escolha privilegiada, desde que sua leitura possa ser construída por alguém como Holston. Afinal, Brasília é um emblema não só para o Brasil. Emblema da modernização, emblema do movimento moderno, emblema da modernidade reinterpretada do lado de baixo do Equador.

Logo nas primeiras páginas, o autor elabora uma aproximação que explicita suas intenções e propósitos, inscritos em um "estudo etnográfico do

modernismo de Brasília", no qual busca os meios para investir a antropologia com a energia crítica das vanguardas que produziram alguns dos mais significativos nortes (ou eixos) do próprio movimento moderno. Assim, por meio das múltiplas relações entre as vanguardas deste movimento e a produção de uma antropologia da sociedade ocidental moderna, Holston pretende desfamiliarizar o familiar, abrindo-o para novas e inesperadas possibilidades interpretativas. Por meio de provocações recíprocas entre modernismo e antropologia, acabamos por deparar com uma crítica de ambos, à medida que se tece um outro confronto a que tanto a antropologia quanto o modernismo são chamados: o confronto com a história.

Há, desta maneira, como fio condutor desta proposta de compreensão da cidade, uma crítica imanente que distingue o empreendimento de Holston daqueles que "centram sua atenção crítica nas várias estratégias que devem organizar qualquer trabalho de representação cultural" (p. 22), já que essas abordagens, relatadas, por exemplo, em *Writing culture: the poetics and politics of ethnography* (Clifford, J. & Marcus, G. Berkeley: University of California Press), "concebem a etnografia como um experimento de escrita precisamente para, de um lado, revelar os artifícios e fraturas de sua própria construção e, de outro, demonstrar que a maior parte dessas fraturas e artifícios tende a ser eliminada dos relatos normativos de outras culturas, quando estes são apresentados como descrição objetiva, feita pelo etnógrafo onividente, intrépido e repleto de autoridade" (p. 22). Essa etnografia como um registro crítico, e não como uma experiência de escritura, dissocia Holston das abordagens identificadas com o pós-modernismo em antropologia. Apesar do tom severo e desmistificador, Holston faz, ainda, uma crítica moderna (e não pós-moderna) do movimento e da cidade modernista.

Depois destes esclarecimentos, Holston chega a Brasília como alguém que encontra um oásis no deserto. Oásis de aço e vidro, interrupção da paisagem que se torna "uma bem-vinda presença de vida" (p. 23). Munido de lentes poderosas oriundas da tradição antropológica, Holston não entra, desta vez, ao contrário do que faz no início do primeiro capítulo, como viajante que enfrenta "uma jornada de separação". Chega como antropólogo, pelos mitos que envolvem, explicam e justificam a idéia de Brasília. Da visão de D. Bosco à imagem de um

novo Brasil que tem como instrumento de construção e ato inaugural a nova capital, do mito do Novo Mundo ao da modernização, reconstrói-se toda a retórica que, desde 1892, coloca a necessidade de uma nova sede para o poder central. Na verdade, Brasília é um projeto republicano (e, portanto, golpista, como afirma N. Sevcenko no debate do livro *A cidade modernista*, na *Folha de S. Paulo* em 29.5.93). Capital de um país que ainda não existe, de uma nação imaginária, cabia à nova cidade o papel de gerá-los a partir de seu desenho modernista, forjado em um plano que unificava intenções diversificadas de transformação.

Para os arquitetos herdeiros dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), tratava-se sobretudo de uma oportunidade única, por meio da qual, segundo Holston, entendem a arquitetura como possibilidade de viabilização de novas formas de sociabilidade, experiências e associações, de uma mudança radical de valores que poderiam inverter a dinâmica social brasileira. O caráter dessa utopia traz consigo um conjunto de paradoxos: pretende-se fundar uma nova ordem, que rompe o passado; entretanto, o passado com que se quer romper é exatamente o país real. Pela des-historicização das relações com o resto do país e pela mitologização das intenções de transformação, estabelece-se um discurso utópico por comparação implícita e negação das condições sociais existentes, no qual Brasília aparece como antítese e antídoto da estratificação social e espacial proveniente de uma ordem excludente que caracteriza as cidades brasileiras. O centro do paradoxo utópico se localiza, para Holston, não no fracasso do que se produziu a partir das intenções radicais de mudança, mas na contradição entre o tipo de sociedade desejada pelo plano e a sociedade que constrói e habita seu resultado.

A essas aspirações que se tornam cidade de forma tão contraditória, a população que chega a Brasília em seus primeiros anos responde com uma rejeição da desfamiliarização, enxergando, para citar o exemplo mais significativo, no igualitarismo e na standardização das superquadras do Plano Piloto o anonimato e não a igualdade. Outros "sintomas" da "doença" que recebe o nome de *brasilitude* podem ser identificados com a rejeição da mistura de classes e o fim da rua e das esquinas, quer porque a população atribui à forma da cidade um caráter frio, quer porque lê a mistura de classes no espaço

como o avesso de sua experiência urbana, onde cada um está "no seu lugar".

Na mesma proporção em que Brasília se configura como o modernismo em escala apocalíptica, à medida que é pensada a partir de uma concepção que vê na arquitetura o fio condutor e o condensador de uma nova forma de vida social capaz de transformar a natureza das relações sociais, da percepção e dos valores inerentes a essa mesma natureza, Holston nos apresenta sua leitura de "abrasileiramento" de Brasília que começa já no momento da concepção de sua carta de fundação. Para quem está acostumado com os conteúdos de textos que provêm da crítica estética e arquitetônica, sua abordagem é não só surpreendente como, de certa forma, inusitada. Pelo desnudamento do que se revela e do que se esconde no plano de Lúcio Costa, pela sua forma de apresentação ao concurso, identifica aí a construção de uma narrativa que detém o estatuto de uma lei. A exploração etnológica da mitologização do plano o aproxima da construção e da narração de um mito fundador, o que nos leva a um dos momentos mais interessantes e, talvez, mais instigantes do livro. A leitura do "gesto" de Costa ao traçar a cruz que dá origem ao Plano Piloto, da "brincadeira" que convence por sua força literária, faz pensar não apenas no signo que se apresenta, desde tempos imemoriais, como índice e ícone de ocupação e civilização humana e, portanto, de cidades, como no *templum* romano, que demonstra e revela a ordem da cidade como reprodução sagrada da ordem celeste e cósmica. A um só tempo *augure bricoleur*, Costa sugere a inspiração poética do seu plano em uma narrativa que, no grau máximo de sua des-historicização, apaga até mesmo o próprio narrador. A voz mítica que ouvimos em seu lugar interpreta o presente através de precedentes situados para além da história, como aquilo que sempre existiu. Se essa referência à cidade antiga sacraliza sua fundação, outras referências à "Versalhes do povo", ao Times Square e a outros marcos urbanos do Ocidente demonstram que a legitimação do Plano Piloto se dá por meio de um investimento em uma mitologia universal de cidades e símbolos, uma mitologia de âmbito ecumênico. "Costa usa artifícios retóricos como naturalização, universalização, idealização, reiteração e *bricolage* para imbuir com um sentido orgânico, lógico, eternamente válido, ideal e mítico a origem de Brasília." Ocultando a filiação aos CIAM, o Plano passa a ser

legitimado pela invenção de uma origem. "Esta distorção dos direitos de nascença é a essência da 'brincadeira' de Lúcio Costa" (p. 81).

Brasília e sua construção obedecem assim à lógica do modernismo para seus arquitetos, e à da modernização do país para J. Kubitschek. Se por um lado as afinidades entre modernismo e modernização, ambos mitologizados, são evidentes, sobretudo no âmbito brasileiro do fim dos anos 50, por outro lado, Holston pergunta "como 'capitalistas e comunistas' puderam ver nos mesmos símbolos a expressão de suas idéias. Ou, para formulá-la de outro modo, por que o modernismo na arquitetura brasileira significa mudança rumo ao igualitarismo, ao coletivismo e ao socialismo para um grupo, enquanto aponta para o desenvolvimento nacionalista para outro?" (p. 101). Sua resposta, desta vez, talvez seja um dos únicos exemplos de uma certa ingenuidade, não diante de seu objeto, mas diante do próprio período em que tais ideais de mudança vinham sendo tecidos. Acredita facilmente no contraponto entre "capitalistas" e "comunistas", sem se perguntar o que significavam estes termos, mesmo entre aspas, no Brasil dos anos desenvolvimentistas. O caráter e a natureza dos "pactos populistas", o amálgama ideológico e político que se gera não só a partir das formas do governo, mas também no interior da própria esquerda brasileira especialmente aglutinada em torno do Partido Comunista não comparecem em sua resposta. Uma busca um pouco mais cuidadosa nesse terreno revelaria mais coincidências do que o simples contraponto sugere. O caráter autoritário, a aposta no papel do Estado no "desenvolvimento" nacional, entre outros aspectos, unificam mais do que contrapõem os dois termos dessa oposição. A arquitetura social de Niemeyer e a mitologização da modernização desenvolvimentista têm muitas afinidades entre si, em um momento da história social brasileira em que a esquerda e especialmente o Partido Comunista configuram e constroem um campo de elaboração cultural oficial e legítimo.

A análise da "contrabrincadeira" que se dá pelo "abrasileiramento" de Brasília, pelo conjunto de inversões que familiarizam o que tinha sido desfamiliarizado, coloca outras dimensões ricas e férteis de problematização, diante das quais fica minimizada a ausência eventual de considerações sobre a história política do país, não só porque o Autor não se propõe a fazê-las, como também à medida que

enriquece sua investigação enveredando pelo caminho de uma história social da sociedade brasileira, para dar conta de sua abordagem etnográfica como registro crítico. Das inúmeras dimensões interessantes apontadas, pelo menos duas devem ser especialmente consideradas. A primeira diz respeito às inversões que o urbanismo modernista produz e opera na forma que dá aos espaços públicos e privados. Pela inversão do desenho do urbanismo barroco brasileiro, problematizada e evidenciada pelo contraponto entre Ouro Preto, Rio de Janeiro e Brasília, Holston percebe que a legibilidade da forma urbana se inverte, já que, na cidade modernista, as ruas aparecem como um vazio contínuo e os edifícios são figuras esculturais. Transforma-se assim o discurso cívico, na medida em que desaparecem as distinções entre público e privado. A cidade que emerge dessas transformações é, em tese, inteiramente pública, quer porque sua totalidade acaba por adquirir o caráter de monumento aos esforços coletivos do planejamento urbano e do Estado que o opera, quer porque a propriedade imobiliária estaria supostamente eliminada como base institucional da ordem urbana. Assim também a vida privada seria transformada por novas propostas para a forma de habitar e por uma redefinição dos vínculos com as dimensões coletivas que se concentram na transparência das fachadas de vidro. Brasília, oráculo das intenções igualitárias que presidiram o Plano Piloto, demonstra através dos anos e desde a sua construção que a ordem só tem sucesso em seu interior com a garantia do afastamento da desordem para a periferia indesejada.

O segundo grupo de questões se refere a uma cidade com duas ordens sociais distintas que já começa a traçar suas linhas de exclusão a partir de sua própria construção. As migrações de significado do termo *candango* e sua oposição aos "brasilienses" restituem uma separação que, por um momento, tinha sido diluída na notabilização dos construtores de Brasília. A diferenciação entre "pioneiros" e burocratas, as disparidades de seu acesso à área do Plano Piloto propriamente dito configuram inscrições distintas no âmbito público da cidade. Holston argumenta, desta forma, que "o governo não criou uma cidade *de* burocratas [...] ele criou uma cidade *para* burocratas que eram uma minoria com acesso privilegiado a um âmbito público que excluía a vasta maioria. Assim, mesmo antes de sua inauguração, Brasília era uma cidade estratificada, onde a

incorporação diferencial era condição fundamental de sua organização social" (p. 205).

Desde logo reproduzem-se as condições que, de muitas formas, tentou-se negar. À solidariedade dos tempos de construção da nova capital — uma solidariedade de fronteira — sobrevêm a diferença de acesso à cidade, o esquecimento dos "titãs anônimos", as relações reais de mercado, *status* e poder que marcam o campo das forças sociais que se fizeram presentes no recrutamento e na organização da sociedade brasileira.

O desenvolvimento ulterior da cidade se dá pelo mesmo padrão de todas as grandes cidades brasileiras, intensificando as já rígidas linhas que separam e produzem os espaços das elites e dos estratos sociais inferiores. Esse rigor faz do próprio Plano Piloto uma barreira, uma muralha visível ao direito à cidade para aqueles que se situam no seu limiar. A dicotomia entre centro e periferia também se radicaliza em termos espaciais, na cidade resultante de tantas intenções igualitárias. "No distrito federal", afirma Holston, "a distância do centro é uma medida — apesar de não ser, desde 1965, uma medida absoluta — da posição que cada brasileiro ocupa na ordem social" (p. 293).

Inversões perversas passam também pela não constituição dos vastos espaços abertos de Brasília como espaços públicos que poderiam, de certa forma, resgatar aquilo que constitui a vida urbana, o caos que o movimento moderno combateu em nome da estética e da racionalidade da máquina: a mistura, a simultaneidade, a multidão que se configuram no mutante, no instantâneo, no heterogêneo, na cidade mesma. "Em parte por serem inacessíveis e em parte porque são espaços contínuos expostos e não espaços figurais fechados, os espaços ao ar livre são em geral destituídos de vida humana. Exemplos inversos [...] são precisamente aqueles que transgrediram as intenções dos planejadores" (p. 311). Mais do que isso, assinala Holston, os brasilienses que habitam o Plano Piloto não enxergam nos espaços verdes e vazios de sua cidade os lugares da vida pública, já que o âmbito público deste tipo de sociabilidade, associado à rua que o materializa nas cidades brasileiras, foi eliminado de sua vivência urbana. O que resta é, em Brasília como em muitas outras cidades, o "espaço restringido, pelo projeto e pela organização, a setores privilegiados da sociedade". A eliminação da "sala pública" das ruas e praças, o "engolimento" do

pedestre pelo carro, o redirecionamento do comércio para dentro das superquadras interiorizam os espaços onde outra sociabilidade se constrói em territórios de exclusão: os *shopping centers*, o clube e a casa. Se esse processo é legível nas grandes cidades do mundo, há contudo na capital brasileira um traço excepcional "[...] sem espaços públicos e multidões urbanas para sugerir ao menos a possibilidade de uma mediação entre os dois, sugerir espaços livres e situações onde o diálogo interclasses seja de importância essencial, tais dicotomias aparecem com extrema força e são aparentemente pouco suscetíveis de negociação" (p. 312).

Com o planejamento modernista como experiência e garantia de separação e exclusão, com periferias que circunscreveram as "cidades da rebelião" fora dos limites de uma ordem urbana homogênea e compartimentalizada em unidades discretas, em que as áreas desocupadas não são públicas, mas vazias, a Brasília planejada acomodou bem os regimes militares brasileiros. A própria arquitetura social, pensada como igualitária e voltada para as dimensões coletivas, assegura a ordem social da exclusão e dificulta os espaços de discussão, contestação e comemoração.

Algumas perguntas ficam no ar para os que experimentam, com prazer, a leitura do livro de Holston. A primeira diz respeito às dimensões de uma cidadania inexistente não apenas na ordem dual que caracteriza a cidade modernista, mas que diz respeito aos fundamentos mesmos da construção e reiteration da ordem e da cultura política brasileiras. As muitas relações entre o acesso à cidade, pensado como um conjunto de direitos que vêm se construindo nada linearmente nos movi-

mentos sociais no Brasil, e a esfera da cidadania, tal como é pensada e vivida por uma igualdade formal sempre desigualmente distribuída, coloca como questão por que em Brasília uma outra forma de cidadania deveria ou poderia ser construída. (A expressão cidadania inexistente foi retirada da tese de doutoramento de V.S. Telles, *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. São Paulo: FFLCH, 1992). A segunda questão diz respeito ao intrincado âmbito das relações entre presente e futuro e às atividades que, como o planejamento urbano e o urbanismo, necessariamente se colocam nessa interface. Pensar futuros possíveis e abertos, pensar o futuro das cidades é, sem dúvida, o desafio que Holston nos apresenta no final do seu livro. Mais uma vez, Holston aponta sua crítica em relação às soluções pós-modernas. Não recusa, assim, o plano ou a utopia que caracterizou tão fortemente o movimento moderno. Em vez disso, Holston sugere que é preciso "reter o gênero de compromisso com o planejamento, com futuros alternativos, que reconhece e mesmo enfatiza o necessário dilema de estar preso entre as contradições utópicas de imaginar um futuro melhor e a reprodução inaceitável do *status quo*" (p. 317).

Tematizando exatamente os mesmos paradoxos colocados para a imaginação utópica, poderíamos ainda estender seus dilemas para as relações entre as cidades, as esferas da cidadania e o significado da modernização e da democracia no Brasil.

Cibele Saliba Riziek é mestre em ciências sociais e professora do Departamento de Arquitetura e Planejamento da Escola de Engenharia de São Carlos e do Departamento de Sociologia da FFLCH, ambos da Universidade de São Paulo.